Moraes autoriza cirurgia de Bolsonaro, mas nega prisão domiciliar

Defesa de Jair Bolsonaro precisa apresentar programação e data pretendida para a realização da cirurgia eletiva

HUGO BARRETO/METRÓPOLES @hugobarretophoto

Às vésperas de completar um mês preso na Superintendência da Polícia Federal em Brasília, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vive a expectativa de definição da data para se submeter a uma cirurgia autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A realização do procedimento depende agora da defesa, que ainda precisa informar ao Judiciário a programação e a data prevista para a intervenção.

Na mesma decisão que autorizou a cirurgia, Moraes negou o pedido da defesa para a conversão da pena em prisão domiciliar, argumentando que a legislação prevê esse benefício apenas para condenados em regime aberto, o que não se aplica ao caso.

Pedido para cirurgia

- No domingo (14/12), Bolsonaro realizou exames de ultrassonografia que identificaram duas hérnias inguinais.
- Os médicos do ex-presidente recomendaram que ele fosse submetido a um procedimento cirúrgico, a única forma de tratamento definitivo para o quadro.

- No dia seguinte, a defesa de Jair Bolsonaro pediu autorização a Moraes para a "realização urgente de procedimento cirúrgico".
- O ministro Alexandre de Moraes determinou o envio dos exames e laudos médicos apresentados pela defesa para análise de peritos da Polícia Federal, além de exigir que Bolsonaro passasse por uma perícia, que ocorreu na quarta-feira (17/12).
- Na sexta-feira (19/12), Moraes concedeu a autorização para o procedimento, após os laudos da PF constatarem a necessidade da cirurgia em caráter eletivo.

O ministro Alexandre de Moraes analisou o laudo da Polícia Federal que aponta a necessidade de reparo cirúrgico em caráter eletivo e autorizou a realização do procedimento, desde que previamente agendado. Na decisão, o magistrado ressaltou que a intervenção não tem caráter de urgência.

Após a manifestação da defesa, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR), que terá prazo de 24 horas para se manifestar.

Segundo o laudo, embora não se trate de uma emergência, os peritos da PF recomendaram que o procedimento seja feito o mais breve possível, diante da piora do quadro clínico e do risco de complicações caso haja agravamento da condição.

Bolsonaro está preso desde 22 de novembro, após a condenação a 27 anos e 3 meses de prisão no processo relacionado à trama golpista. Ele cumpre pena em regime fechado.

Hérnia inguinal bilateral

A perícia médica do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal concluiu que o ex-presidente apresenta hérnia inguinal bilateral, condição que atinge os dois lados da região da virilha. A hérnia ocorre quando uma parte do intestino ou de outro tecido interno "escapa" por um ponto enfraquecido da musculatura

do abdômen, formando um caroço ou inchaço que pode causar dor e desconforto.

Exames realizados em agosto de 2025 não indicavam a presença da doença. Em novembro, médicos identificaram clinicamente uma hérnia em apenas um dos lados. Relatórios posteriores mantiveram o diagnóstico e, em dezembro, exames de imagem confirmaram que a condição passou a afetar ambos os lados da região inguinal.

Segundo os peritos, a piora do quadro pode estar relacionada ao aumento da pressão dentro do abdômen, associado a episódios de soluços persistentes e tosse crônica relatados por Bolsonaro. Também foram registrados desconforto na região da virilha, dificuldades para dormir e problemas na alimentação. Apesar desses sintomas, o laudo destaca que não houve, até o momento, complicações graves.

Fonte: Metrópoles